

1. Sobre o procedimento de escrituração previsto na Lei dos Registros Públicos (Lei nº 6.015/73) pode-se afirmar:
 - I. A escrituração será feita em livros encadernados, que obedecerão aos modelos anexos a Lei nº 6.015/73, sujeitos à correição da autoridade judiciária competente.
 - II. Para facilidade do serviço podem os livros ser escriturados mecanicamente, em folhas soltas, obedecidos os modelos aprovados pela autoridade judiciária competente.
 - III. Considerando a quantidade dos registros o Juiz poderá autorizar a diminuição do número de páginas dos livros respectivos, até a terça parte do consignado na Lei nº 6.015/73.
 - IV. Os números de ordem dos registros poderão ser interrompidos no fim de cada livro, reiniciando a numeração nos seguintes da mesma espécie.

A sequência correta é:

 - a) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - b) Apenas a assertiva II está incorreta.
 - c) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - d) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
2. No Registro Civil de Pessoas Jurídicas serão inscritos
 - I. Os contratos, os atos constitutivos, o estatuto ou compromissos das sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, bem como o das fundações e das associações de utilidade pública.
 - II. Os imóveis cujo domínio pertencer às pessoas jurídicas de direito privado.
 - III. As sociedades civis que revestirem as formas estabelecidas nas leis comerciais, salvo as anônimas.
 - IV. Os atos constitutivos e os estatutos dos partidos políticos.

A sequência correta é:

 - a) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - b) Apenas a assertiva II está incorreta.
 - c) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
 - d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
3. O registro lavrado fora das horas regulamentares ou em dias em que não houver expediente será:
 - a) Anulável.
 - b) Válido.
 - c) Nulo.
 - d) Considerado como registro parcial, devendo ser homologado em Juízo.
4. No que se refere à emancipação concedida por sentença judicial é correto afirmar:
 - a) Não há necessidade de anotação cartorial.
 - b) Será anotada às expensas do interessado.
 - c) Será anotada às expensas do Poder Judiciário do Estado em questão.
 - d) Sempre será anotada sem ônus ao interessado.
5. No tocante a publicidade prevista na Lei dos Registros Públicos (Lei nº 6.015/73), relativamente à certidão do registro, está correto afirmar:
 - a) A certidão do registro somente será concedida a pessoa a que se refere o registro.
 - b) Qualquer pessoa pode requerer certidão do registro desde que informe verbalmente ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.
 - c) Qualquer pessoa pode requerer certidão do registro desde que informe por escrito ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.
 - d) Qualquer pessoa pode requerer certidão do registro sem informar ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.
6. As certidões de nascimento mencionarão:
 - a) A data em que foi feito o assento, a data, por extenso, do nascimento e, ainda, expressamente, a naturalidade.
 - b) A data, por extenso, do nascimento, sendo dispensada a data em que foi feito o assento.
 - c) A data em que foi feito o assento, a data, por extenso, do nascimento, sendo dispensada a naturalidade.
 - d) Unicamente a data, por extenso, do nascimento.
7. Sobre a Conservação dos livros de registro:
 - I. Os livros de registro não sairão do respectivo cartório.
 - II. Os livros de registro poderão sair do respectivo cartório por autorização judicial.
 - III. Os livros de registro poderão sair do respectivo cartório sempre que o oficial entender, eis que são de livre circulação.
 - IV. Os livros de registro poderão sair do respectivo cartório ocorrendo força maior.

A sequência correta é:

 - a) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - b) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
 - c) Apenas a assertiva II está incorreta.
 - d) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
8. Além dos casos expressamente consignados, os oficiais são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que, pessoalmente, ou pelos prepostos ou substitutos que indicarem ou causarem aos interessados no registro. Esta responsabilização ocorre:
 - a) Exclusivamente nos casos de Dolo Eventual.
 - b) Apenas nos casos de Culpa.
 - c) Apenas nos casos de Dolo.
 - d) Tanto nos casos de Culpa, quanto nos casos de Dolo.
9. No caso de ter a criança nascido morta:
 - a) Não será necessário o registro.
 - b) Será o registro feito no livro "C Auxiliar".
 - c) A lei faculta o registro.
 - d) Será o registro feito no livro "B".
10. Em se tratando de um imóvel pertencente a uma pessoa jurídica de direito privado, a servidão ambiental deverá ser averbada:
 - a) No Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
 - b) No Registro de Títulos e Documentos.
 - c) No Registro de Imóveis.
 - d) No Registro civil de Pessoas Naturais.
11. Serão registrados no registro civil de pessoas naturais:
 - I. As interdições.
 - II. As sentenças declaratórias de ausência.
 - III. As opções de nacionalidade.
 - IV. As sentenças que deferirem a legitimação adotiva.

A sequência correta é:

 - a) Apenas a assertiva II está incorreta.
 - b) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - c) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
 - d) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
12. É competente para a inscrição da opção de nacionalidade:
 - a) Exclusivamente cartório da residência do optante.
 - b) Em todo e qualquer caso far-se-á o registro no Distrito Federal.
 - c) Privativamente o cartório da residência de seus pais.
 - d) O cartório da residência do optante, ou de seus pais.

13. Os livros de registro serão divididos em três partes:
- Sendo na da central lançado o número de ordem e na esquerda o assento, ficando na da direita espaço para as notas, averbações e retificações.
 - Sendo na da esquerda lançado o número de ordem e na central o assento, ficando na da direita espaço para as notas, averbações e retificações.
 - Sendo na da direita lançado o número de ordem e na esquerda o assento, ficando na da esquerda espaço para as notas, averbações e retificações.
 - Sendo na da direita lançado o número de ordem e na central o assento, ficando na da esquerda espaço para as notas, averbações e retificações.
14. Segundo a Lei dos Registros Públicos (Lei nº 6.015/73), o C.N.M. significa:
- Código Nacional de Matrícula, o qual corresponde à numeração única de matrículas imobiliárias em âmbito nacional.
 - Código Numérico Municipal, o qual corresponde à numeração única de matrículas imobiliárias em âmbito municipal.
 - Código Nacional Municipal, o qual corresponde a uma sequência de numeração única de matrículas imobiliárias para cada comarca instituída.
 - Controle Numérico Matricular, o qual corresponde à numeração única de matrículas imobiliárias em âmbito estadual.
15. Dentre outros itens, o assento de óbito deverá conter obrigatoriamente:
- A hora, se possível, dia, mês e ano do falecimento.
 - O prenome, nome, sexo, idade, cor, estado, profissão, naturalidade, domicílio e residência do morto.
 - A opção político partidária, se filiado em partido político.
 - Se a morte foi natural ou violenta e a causa conhecida, com o nome dos atestantes.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva III está incorreta.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
16. No Registro de Títulos e Documentos será feita a transcrição, **EXCETO**:
- Da perda de nacionalidade brasileira, quando comunicada pelo Ministério da Justiça.
 - Do contrato de parceria agrícola ou pecuária.
 - Do penhor comum sobre coisas móveis.
 - Dos instrumentos particulares, para a prova das obrigações convencionais de qualquer valor.
17. No Registro de Imóveis, além da matrícula, serão feitos os registros:
- Das hipotecas legais, judiciais e convencionais.
 - Das penhoras, arrestos e sequestros de imóveis.
 - Da instituição de bem de família.
 - Do penhor de máquinas e de aparelhos utilizados na indústria, instalados e em funcionamento, com os respectivos pertences ou sem eles.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - Apenas a assertiva III está incorreta.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
18. A regularização fundiária de interesse social realizada em Zonas Especiais de Interesse Social, promovida por Município ou pelo Distrito Federal, quando os lotes já estiverem cadastrados individualmente ou com lançamento fiscal há mais de:
- 15 (quinze) anos.
 - 10 (dez) anos.
 - 20 (vinte) anos.
 - 05 (cinco) anos.
19. Tratando-se de terra indígena com demarcação homologada:
- A União promoverá o registro da área em seu nome.
 - O Município onde se encontra a terra indígena promoverá o registro da área em seu nome.
 - Fica dispensado o registro da área.
 - A Unidade da Federação-UF onde se encontra a terra indígena promoverá o registro da área em seu nome.
20. A enfiteuse e a anticrese serão levadas a registro:
- No Registro de Títulos e Documentos.
 - No Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
 - Na Junta Comercial.
 - No Registro de Imóveis.
21. Nos procedimentos de regularização fundiária de interesse social, os efeitos da prenotação cessarão decorridos:
- 90 (noventa) dias de seu lançamento no protocolo.
 - 45 (quarenta e cinco) dias de seu lançamento no protocolo.
 - 60 (sessenta) dias de seu lançamento no protocolo.
 - 30 (trinta) dias de seu lançamento no protocolo.
22. Os emolumentos devidos pelos atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais, financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação, serão reduzidos em:
- 40% (quarenta por cento).
 - 25% (vinte e cinco por cento).
 - 20% (vinte por cento).
 - 50% (cinquenta por cento).
23. O pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião será processado diretamente perante:
- O cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas da comarca em que estiver situado o imóvel usucapiendo, a requerimento do interessado, representado por advogado.
 - O cartório do registro de imóveis da comarca em que estiver situado o imóvel usucapiendo, a requerimento do interessado, representado por advogado.
 - O cartório de Registro de Títulos e Documentos da comarca em que estiver situado o imóvel usucapiendo, a requerimento do interessado, dispensada a presença do advogado.
 - O cartório do registro de imóveis da comarca em que estiver situado o imóvel usucapiendo, a requerimento do interessado, dispensada a presença do advogado.
24. O registro da matrícula e seu cancelamento, para os leiloeiros, tradutores públicos e intérpretes comerciais, trapicheiros e administradores de armazéns-gerais deve ser:
- Na Junta Comercial.
 - No Registro de Títulos e Documentos.
 - No Registro Civil de Pessoas Naturais.
 - No Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

25. As exigências formuladas pela Junta Comercial deverão ser cumpridas em até:
- 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data da ciência pelo interessado ou da publicação do despacho.
 - 20 (vinte) dias, contados da data da publicação do despacho.
 - 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação do despacho.
 - 30 (trinta) dias, contados da data da ciência pelo interessado ou da publicação do despacho.
26. A respeito da competência das Juntas Comerciais para as autenticações, podemos afirmar:
- As juntas comerciais autenticarão os instrumentos de escrituração das empresas mercantis e dos agentes auxiliares do comércio.
 - A autenticação dos documentos de empresas de qualquer porte realizada por meio de sistemas públicos eletrônicos dispensa qualquer outra.
 - Os instrumentos autenticados, não retirados no prazo de 15 (quinze) dias, contados da sua apresentação, poderão ser eliminados.
 - As juntas comerciais autenticarão as cópias dos documentos assentados.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva III está incorreta.
 - Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
27. No caso de reconhecimento extrajudicial de usucapião a existência de ônus real ou de gravame na matrícula do imóvel usucapiendo:
- Converterá o reconhecimento de usucapião em procedimento judicial.
 - Não impedirá o reconhecimento extrajudicial da usucapião.
 - Impedirá o reconhecimento extrajudicial da usucapião.
 - Suspenderá o reconhecimento extrajudicial da usucapião até a efetiva baixa do ônus real ou do gravame.
28. De acordo com a Lei 9.492/1997 o protesto será registrado:
- Dentro de três dias úteis contados da protocolização do título ou documento de dívida.
 - Dentro de vinte e quatro horas contadas da protocolização do título ou documento de dívida.
 - Dentro de cinco dias contados da protocolização do título ou documento de dívida.
 - Dentro de cinco dias úteis contados da protocolização do título ou documento de dívida.
29. Os mandados judiciais de sustação de protesto deverão ser conservados, juntamente com os respectivos documentos, até:
- A solução definitiva por parte do Juízo.
 - 05 (cinco) anos do recebimento do mandado judicial.
 - 30 (trinta) dias do recebimento do mandado judicial.
 - 120 (cento e vinte) dias do recebimento do mandado judicial.
30. O termo inicial da incidência de juros, taxas e atualizações monetárias sobre o valor da obrigação contida no título ou documento de dívida protestado, será:
- 30 (trinta) dias da data do registro do protesto.
 - 45 (quarenta e cinco) dias da data do registro do protesto.
 - Sempre a data do registro do protesto.
 - Não havendo prazo assinado, a data do registro do protesto.
31. Considerando o disposto na Lei de Introdução às normas do direito brasileiro, podemos afirmar que:
- Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
 - As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
 - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.
 - A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
- A sequência correta é:
- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva I está incorreta.
 - Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
32. A decisão judicial da qual já não caiba recurso é denominada de:
- Atos meramente ordinatórios.
 - Ato jurídico perfeito.
 - Cosa julgada.
 - Decisão interlocutória.
33. São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:
- Os pródigos.
 - Os menores de 16 (dezesesseis) anos.
 - Os ébrios habituais e os viciados em tóxico.
 - Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva II está incorreta.
 - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
34. A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil, contudo, a incapacidade cessará, para os menores pelo(a):
- Exercício de emprego público efetivo.
 - Concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesesseis anos completos.
 - Colaço de grau em curso de ensino superior.
 - Casamento.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva II está incorreta.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
35. No tocante aos direitos da personalidade, segundo o Código Civil, é correto afirmar, **EXCETO**:
- Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o segundo grau.
 - O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.
 - Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.
 - É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

36. São pessoas jurídicas de direito público interno:
- As associações.
 - As autarquias, inclusive as associações públicas.
 - As fundações.
 - Os partidos políticos.
37. Bens móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade são classificados como:
- Bens fungíveis.
 - Bens divisíveis.
 - Bens consumíveis.
 - Bens singulares.
38. Consideram-se bens imóveis para os efeitos legais:
- As energias que tenham valor econômico.
 - Os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
 - O direito à sucessão aberta.
 - As edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- A sequência correta é:
- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva II está incorreta.
 - Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
39. O vício de consentimento configurado quando alguém, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta estamos é intitulado de:
- Dolo.
 - Lesão.
 - Estado de Perigo.
 - Coação.
40. Podem os cônjuges, independentemente de autorização um do outro:
- Comprar, ainda a crédito, as coisas necessárias à economia doméstica.
 - Prestar fiança ou aval.
 - Obter, por empréstimo, as quantias que a aquisição de coisas necessárias à economia doméstica, possam exigir.
 - Alienar ou gravar de ônus real os bens imóveis.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva IV está incorreta.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
41. Em relação ao tema pacto antenupcial, podemos afirmar, **EXCETO**:
- As convenções antenupciais não terão efeito perante terceiros, senão depois de registradas, em livro especial, pelo oficial do Registro de Imóveis do domicílio dos cônjuges.
 - É anulável o pacto antenupcial se não for feito por escritura pública, e ineficaz se não lhe seguir o casamento.
 - No pacto antenupcial, que adotar o regime de participação final nos aqüestos, poder-se-á convencionar a livre disposição dos bens imóveis, desde que particulares.
 - A eficácia do pacto antenupcial, realizado por menor, fica condicionada à aprovação de seu representante legal, salvo as hipóteses de regime obrigatório de separação de bens.
42. A cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto é intitulada de:
- Condição.
 - Cláusula leonina.
 - Termo.
 - Encargo.
43. No regime de comunhão parcial, comunicam-se os bens que sobrevierem ao casal, na constância do casamento, contudo, excluem-se da comunhão:
- Os bens adquiridos com valores exclusivamente pertencentes a um dos cônjuges em sub-rogação dos bens particulares.
 - As pensões, meios-soldos, montepios e outras rendas semelhantes.
 - As benfeitorias em bens particulares de cada cônjuge.
 - Os proventos do trabalho pessoal de cada cônjuge.
- A sequência correta é:
- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva I está incorreta.
44. Toda pessoa capaz pode dispor, por testamento, da totalidade dos seus bens, ou de parte deles, para depois de sua morte. Em relação a matéria testamento, podemos afirmar:
- Extingue-se em três anos o direito de impugnar a validade do testamento, contado o prazo da data do seu registro.
 - O testamento é ato personalíssimo, podendo ser mudado a qualquer tempo.
 - São válidas as disposições testamentárias de caráter não patrimonial, ainda que o testador somente a elas se tenha limitado.
 - A legítima dos herdeiros necessários poderá ser incluída no testamento.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva III está incorreta.
 - Apenas as assertivas II e III estão corretas.
45. A modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços é considerada pelo Código de Defesa do Consumidor como:
- Enganosa.
 - Arbitrária.
 - Dissimulada.
 - Abusiva.
46. Modalidade de sociedade na qual a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes. A este tipo de sociedade se dá o nome de:
- Sociedade em conta de participação.
 - Sociedade em comum.
 - Sociedade personificada.
 - Empresa individual de responsabilidade limitada.

47. As operações de financiamento imobiliário em geral, no âmbito do sistema financeiro imobiliário, serão livremente pactuadas pelas partes, observadas as seguintes condições essenciais:
- Contratação, pelos prestadores de financiamento, de seguros contra os riscos de morte e invalidez permanente.
 - Reposição integral do valor emprestado e respectivo reajuste.
 - Capitalização dos juros.
 - Remuneração do capital emprestado às taxas convencionadas no contrato.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas II e III estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva III está incorreta.
48. Dissolve-se a sociedade quando ocorrer:
- O vencimento do prazo de duração, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado.
 - A falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de cento e oitenta dias.
 - O consenso de três quartos dos sócios.
 - A extinção, na forma da lei, de autorização para funcionar.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva II está incorreta.
 - Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas II e III estão corretas.
49. O ato que determina a extinção das sociedades que se unem, para formar sociedade nova, que a elas sucederá nos direitos e obrigações é definido pelo Código Civil como:
- Transformação.
 - Cisão.
 - Fusão.
 - Incorporação.
50. Em relação à Lei de arbitragem, é correto afirmar, **EXCETO**:
- Poderão as partes escolher, livremente, as regras de direito que serão aplicadas na arbitragem, desde que não haja violação aos bons costumes e à ordem pública.
 - É vedada a administração pública direta e indireta utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis.
 - A arbitragem poderá ser de direito ou de equidade, a critério das partes.
 - As pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis.
51. Quando, entre duas ou mais ações, houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais, estaremos diante do instituto do Código de Processo Civil denominado de:
- Continência.
 - Comoriência.
 - Conexão.
 - Incompetência.
52. O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens, assim como, ambos os cônjuges serão necessariamente citados para a ação:
- Que tenha por objeto o reconhecimento, a constituição ou a extinção de ônus sobre imóvel de um ou de ambos os cônjuges.
 - Resultante de fato que diga respeito a ambos os cônjuges ou de ato praticado por eles.
 - Que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.
 - Fundada em dívida contraída por um dos cônjuges a bem da família.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas II e III estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva II está incorreta.
53. No que concerne ao título das nulidades disposto no Código de Processo Civil, é correto afirmar, **EXCETO**:
- A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.
 - Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.
 - A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.
 - É anulável o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.
54. Os mandados de segurança, os habeas data e os mandados de injunção decididos em única instância pelos tribunais superiores, quando denegatória a decisão, serão julgados em recurso ordinário pelo:
- Superior Tribunal de Justiça.
 - Supremo Tribunal Federal.
 - Tribunal Regional Federal.
 - Tribunal de Justiça.
55. Segundo o Código de Processo Civil, a contar da abertura da sucessão, o processo de inventário e de partilha deve ser instaurado dentro de:
- 1 (um) mês.
 - 3 (três) meses.
 - 6 (seis) meses.
 - 2 (dois) meses.
56. O controle constitucional é o mecanismo pelo qual se controlam os atos normativos, verificando sua adequação aos preceitos previstos na Lei Maior. Este controle pode se dar em dois momentos distinto; controle preventivo, antes do projeto de lei virar lei ou controle repressivo, já sobre a lei, geradora de potenciais ou efetivos. São exemplos de controle preventivo, **EXCETO**:
- Político.
 - Executivo.
 - Judiciário.
 - Legislativo.

57. O poder constituinte que instaura uma nova ordem jurídica, rompendo por completo com a ordem jurídica precedente é denominado de:
- a) Poder constituinte originário.
 - b) Poder constituinte derivado decorrente.
 - c) Poder constituinte supranacional.
 - d) Poder constituinte difuso.
58. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
- I. Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
 - II. Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
 - III. Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
 - IV. Garantir o desenvolvimento nacional.
- A sequência correta é:
- a) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - b) Apenas a assertiva II está incorreta.
 - c) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - d) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
59. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, **EXCETO**:
- a) Independência nacional.
 - b) Igualdade entre os Estados.
 - c) Intervenção quando necessário.
 - d) Concessão de asilo político.
60. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. No que diz respeito ao artigo 5º da CF/88 é correto afirmar:
- I. É livre a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independentem de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento.
 - II. São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
 - III. É livre a manifestação do pensamento, sendo consentido o anonimato.
 - IV. É garantido o direito de propriedade.
- A sequência correta é:
- a) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
 - b) Apenas a assertiva II está incorreta.
 - c) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
61. Conforme dispõe a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, podemos afirmar que são gratuitas as ações de:
- I. Habeas corpus.
 - II. Habeas data.
 - III. Mandado de segurança.
 - IV. Mandado de injunção.
- A sequência correta é:
- a) Apenas a assertiva IV está incorreta.
 - b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
 - c) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
62. São privativos de brasileiro nato os seguintes cargos, **EXCETO**:
- a) Da carreira diplomática.
 - b) De presidente de partido político.
 - c) De Ministro do Supremo Tribunal Federal.
 - d) De Presidente e Vice-Presidente da República.
63. Compete privativamente à União legislar sobre:
- a) Produção e consumo.
 - b) Proteção à infância e à juventude.
 - c) Orçamento.
 - d) Nacionalidade, cidadania e naturalização.
64. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:
- I. Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe permitido perceber a soma de ambas remunerações.
 - II. Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
 - III. Investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
 - IV. Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.
- A sequência correta é:
- a) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - b) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
 - d) Apenas a assertiva I está incorreta.
65. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário. Segundo a CF/88 cada Estado e o Distrito Federal elegerão:
- a) 2 (dois) senadores.
 - b) 4 (quatro) senadores.
 - c) 3 (três) senadores.
 - d) 5 (cinco) senadores.
66. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
- I. Instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
 - II. Exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
 - III. Instituir impostos sobre templos de qualquer culto.
 - IV. Utilizar tributo com efeito de confisco.
- A sequência correta é:
- a) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
 - b) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - c) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - d) Apenas a assertiva II está incorreta.
67. Segundo o Código Tributário Nacional, toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada é denominada de:
- a) Encargos.
 - b) Emolumentos.
 - c) Subsídios.
 - d) Tributo.

- 68.A União poderá instituir empréstimos compulsórios mediante:
- Emenda à constituição.
 - Lei complementar.
 - Resolução.
 - Medida Provisória.
- 69.Compete à União instituir impostos sobre:
- Transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.
 - Operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
 - Operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
 - Propriedade de veículos automotores.
- 70.Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, somente a União, nos seguintes casos excepcionais, pode instituir empréstimos compulsórios:
- Conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo.
 - Guerra externa, ou sua iminência.
 - Intervenção.
 - Calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva III está incorreta.
 - Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- 71.Princípio inerente ao Estado democrático de direito e que está intimamente ligado à perspectiva de transparência, dever da administração pública e direito da sociedade. A sentença acima descreve qual princípio da administração pública?
- Princípio da razoabilidade.
 - Princípio da publicidade.
 - Princípio da impessoalidade.
 - Princípio da eficiência.
- 72.Consideram-se casos de utilidade pública, para fins de desapropriação pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios as seguintes situações:
- A defesa do Estado.
 - O aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica.
 - A segurança nacional.
 - O funcionamento dos meios de transporte coletivo.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva II está incorreta.
 - Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- 73.Conforme dispõe a legislação que regula o processo administrativo, o direito da administração pública de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em:
- 5 (cinco) anos.
 - 1 (um) ano.
 - 2 (dois) anos.
 - 3 (três) anos.
- 74.A atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público é denominada de:
- Poder de polícia.
 - Poder discricionário.
 - Poder disciplinar.
 - Poder hierárquico.
- 75.A entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes é denominada de:
- Fundação pública.
 - Sociedade de economia mista.
 - Autarquia.
 - Empresa pública.
- 76.Em relação a aplicação da lei penal, é correto afirmar:
- Considera-se praticado o crime no momento do resultado.
 - Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.
 - Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.
 - A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, desde que, ainda não decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- A sequência correta é:
- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva I está incorreta.
 - Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- 77.Segundo o Código Penal Brasileiro, quando o agente der causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia estará cometendo:
- Crime culposo.
 - Crime tentado.
 - Crime impossível.
 - Crime doloso.
- 78.São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime:
- Ter o agente cometido o crime em estado de embriaguez preordenada.
 - A reincidência.
 - Ter o agente cometido o crime contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida.
 - Ter o agente cometido o crime quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva I está incorreta.
 - Apenas as assertivas II e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

79. A prática de fato típico para salvar-se de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se, é denominada de:
- Legítima defesa.
 - Exercício regular de direito.
 - Estado de necessidade.
 - Estrito cumprimento de dever legal.
80. Conforme dispõe o Código Penal Brasileiro em seu artigo 27, são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial, os menores de:
- 18 (dezoito) anos.
 - 19 (dezenove) anos.
 - 20 (vinte) anos.
 - 21 (vinte e um) anos.
81. São penas restritivas de direitos, **EXCETO**:
- Perda de bens e valores.
 - Prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.
 - Limitação de fim de semana.
 - Detenção.
82. O abatimento na pena privativa de liberdade e na medida de segurança, do tempo de prisão provisória, no Brasil ou no estrangeiro, o de prisão administrativa e o de internação em hospital de custódia, ou outro estabelecimento adequado é chamado de:
- Remissão.
 - Retração.
 - Redução da pena.
 - Detração.
83. São circunstâncias que sempre atenuam a pena:
- Ter o agente cometido o crime sob coação a que não podia resistir.
 - Ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença.
 - Ter o agente cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou.
 - Ter o agente confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime.
- A sequência correta é:
- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva III está incorreta.
 - Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas II e III estão corretas.
84. O juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, desde que o condenado não seja reincidente em crime doloso, tenha bons antecedentes e já tenha cumprido mais de:
- Um terço da pena.
 - Metade da pena.
 - Um quarto da pena.
 - Dois terços da pena.
85. O ato de imputar fato ofensivo à reputação de alguém é tipificado como crime de:
- Difamação.
 - Injúria racial.
 - Calúnia.
 - Injúria.
86. De acordo com o Código de Processo Penal, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, o inquérito policial deverá terminar no prazo de:
- 10 (dez) dias.
 - 05 (cinco) dias.
 - 15 (quinze) dias.
 - 30 (trinta) dias.
87. Considera-se em flagrante delito quem:
- É encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
 - Está cometendo a infração penal.
 - É perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.
 - Acaba de cometer a infração penal.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva I está incorreta.
 - Apenas as assertivas II e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
88. Segundo dispõe o Código de Processo Civil, são caso de não concessão de fiança, **EXCETO**:
- Crimes de racismo.
 - Crimes de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo e nos definidos como crimes hediondos.
 - Crimes de usurpação.
 - Crimes cometidos por grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
89. Os juizados especiais criminais, são competentes para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo. Segundo a lei 9.099/95 são consideradas infrações penais de menor potencial ofensivo, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a:
- 3 (três) anos, cumulada ou não com multa.
 - 1 (um) ano, cumulada ou não com multa.
 - 6 (seis) meses, cumulada ou não com multa.
 - 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
90. A manifestação do ofendido, ou de seu representante legal, indicando que não está mais interessado em continuar com a ação penal privada, após ter dado início a ela, é denominado de:
- Perempção.
 - Renúncia.
 - Perdão.
 - Retratação.
91. De acordo com a lei que dispõe sobre a organização judiciária do estado do Ceará, um dos requisitos para a implantação de comarcas será:
- População mínima de 10.000 (dez mil) habitantes e eleitorado não inferior a 50% (cinquenta por cento) de sua população.
 - População mínima de 20.000 (vinte mil) habitantes e eleitorado não inferior a 60% (sessenta por cento) de sua população.
 - População mínima de 10.000 (dez mil) habitantes e eleitorado não inferior a 40% (quarenta por cento) de sua população.
 - População mínima de 15.000 (quinze mil) habitantes e eleitorado não inferior a 60% (sessenta por cento) de sua população.

92. Nas Comarcas de Fortaleza e do interior, as sessões do Tribunal do Júri:
- Somente poderão ocorrer nos meses de março e setembro.
 - Poderão ser realizadas durante todo o ano.
 - Somente poderão ocorrer nos meses de março e outubro.
 - Poderão ser realizadas exclusivamente no mês de setembro.
93. São requisitos para o exercício do cargo de Juiz de Paz no Estado do Ceará, dentre outros:
- Pleno exercício dos direitos políticos.
 - Idade mínima de 18 (dezoito) anos.
 - Escolaridade equivalente ao ensino médio completo.
 - Aptidão física e mental.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas II e III estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva II está incorreta.
94. Por força da Consolidação Normativa Notarial e Registral no Estado do Ceará (Provimento nº 08/2014) ficam as serventias extrajudiciais do Estado do Ceará obrigadas a atender cada usuário no prazo máximo de:
- 20 (vinte) minutos, contados a partir do início do atendimento pelo auxiliar, escrevente, notário ou registrador.
 - 15 (quinze) minutos, contados a partir do início do atendimento pelo auxiliar, escrevente, notário ou registrador.
 - 20 (vinte) minutos, contados a partir do momento em que ele tenha entrado na fila de atendimento do respectivo tabelionato.
 - 30 (trinta) minutos, contados a partir do momento em que ele tenha entrado na fila de atendimento do respectivo tabelionato.
95. No que se refere ao registro da união estável no Estado do Ceará, pode-se afirmar:
- Os contratos que regularem a união estável podem ser públicos ou particulares e deles devem constar necessariamente o regime de bens adotado pelas partes.
 - A conversão da união estável em casamento deverá ser requerida pelos conviventes ao Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais da circunscrição do seu domicílio.
 - É facultativo o registro da união estável mantida entre o homem e a mulher ou entre duas pessoas do mesmo sexo.
 - Sempre será exigível o prévio registro da união estável para que seja registrada a sua dissolução.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - As assertivas I, III e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva III está incorreta.
 - Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
96. Um caminhão invadiu uma feira de Natal na segunda-feira, dia 19/12/2016, em Berlim, na Alemanha. Segundo o balanço da polícia, 12 pessoas morreram e 48 ficaram seriamente feridos. O episódio foi tratado como atentado terrorista. A atual Chanceler Alemã é:
- Michelle Bachelet.
 - Theresa Mary May.
 - Erna Solberg.
 - Angela Merkel.
97. Segundo relatório da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), ao final de 2016, cerca de 65,6 milhões de pessoas, ou uma em cada 113 em todo mundo, foram forçadas a deixar seus locais de origem por diferentes tipos de conflitos. Desses, cerca de 22,5 milhões são refugiados e 2,8 milhões são solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado. O documento mostrou que 55% dos refugiados no mundo vieram dos seguintes países:
- Libano.
 - Síria.
 - Afeganistão.
 - Sudão do Sul.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas II e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva I está incorreta.
98. Em um evento em Estocolmo, na Suécia foi anunciado o ganhador do Prêmio Nobel de Literatura 2016. A opção foi por um músico e não por um escritor de ofício, o que soou incomum. O ganhador do Prêmio Nobel de Literatura 2016 foi:
- O cantor e compositor Jamaicano Bob Marley.
 - O cantor e compositor inglês Elton John.
 - O cantor e compositor inglês Mick Jagger.
 - O cantor e compositor americano Bob Dylan.
99. O fenômeno, criado a partir de 2017, para descrever o ato das pessoas trazem a público acusações de abuso sexual perpetrados por homens famosos ou poderosos ficou conhecido mundialmente como:
- Weinstein Effect (efeito Weinstein).
 - Oscar Effect (efeito Oscar).
 - Lost-and-found (achados e perdidos).
 - Hollywood Effect (efeito Hollywood).
100. No ano de 2017, morreu aos 68 anos de idade, o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Teori Zavascki, a época relator da Operação Lava Jato, após a queda de uma aeronave. O acidente fatal ocorreu em:
- Búzios, litoral do Rio de Janeiro.
 - Porto de Galinhas, litoral de Pernambuco.
 - Paraty, litoral do Rio de Janeiro.
 - Angra dos Reis, litoral do Rio de Janeiro.